

# CRISE MUNDIAL E SUSTENTABILIDADE\*

**Leonardo Braga De Vincenzi**

Analista de Controle Externo do TCE- RJ;

Mestre em Administração Pública pela FGV/ECG



**PALAVRAS-CHAVE:**  
Crise Mundial;  
Desenvolvimento Sustentável;  
Pacto Keynesiano;  
Entendimento Global.

**KEYWORDS:**  
*Worldwide Crises; Sustainable  
Development; Keynesian  
Pact; Global Agreement.*

\* Artigo originado da monografia  
contemplada com o 3º lugar do  
Prêmio Ministro Gama Filho  
(2008/2009)

**RESUMO:** O mundo todo vive hoje uma crise financeira, econômica e ambiental, alimentada pelo uso desregulamentado dos recursos naturais e estruturais, somado à agilidade oferecida pela tecnologia da informação. Este artigo avalia como a civilização moderna está lidando com a crise mundial, ao compará-la com a Grande Depressão de 1930, e sugere a elaboração de um novo modelo produtivo e de consumo por meio de um pacto global.

**ABSTRACT:** *The whole world is going through a financial, economical and environmental crisis nowadays which has been pushed by the unregulated use of both natural and structural resources plus the agility provided by information technology. This paper intends to evaluate the way how modern civilization has been dealing with this worldwide crisis since its very beginning by comparing it to 1930's Great Depression, and suggesting the creation of a new productive and consumption-oriented model by means of a global agreement.*



## INTRODUÇÃO

A atual crise financeira, surgida no final de 2008, apareceu em uma encruzilhada histórica da humanidade, justamente num momento em que começávamos a discutir com mais atuação o futuro da nossa espécie. Pela falta de implementação de um modelo racional e estável no uso dos recursos necessários aos nossos cada vez mais exigentes padrões de vida e consumo, e pelo excesso de agressões ambientais, a civilização moderna passou a viver sua realidade cotidiana em um ambiente não mais sustentável. Vamos, pois, procurar fazer, de forma geral e sintética, a análise da relação entre essas duas crises: a financeira e a ambiental.

Vale lembrar que o modo como compreendemos o mundo e o que está à nossa volta é relativo, seguindo nossa história, cultura e experiências adquiridas. Nossa abordagem é, pois, apenas uma entre as muitas possíveis.

Não buscamos respostas ou soluções para o tema estudado, até porque elas ainda não são discerníveis. Porém, acreditamos que novas alternativas poderão ser traçadas a partir de um pacto global, do qual as sociedades mais representativas do planeta participem e atuem ativamente como membros constitutivos para a elaboração de um novo modelo social, financeiro e econômico.

## DESENVOLVIMENTO

### O SISTEMA BANCÁRIO MODERNO

Para abordar a crise mundial de 2008, faremos um breve e simplificado retrospecto histórico. Em priscas eras, os bancos surgiram com ourives e joalheiros, os quais, apesar de terem como atividade principal elaborar e vender joias, passaram também a guardar as economias e o dinheiro de pessoas ricas em seus protegidos cofres. Para a sociedade local, isso era mais seguro do que, por exemplo, guardar seus valores dentro do colchão. A atividade paralela aumentou e, a certa altura, os antigos ourives perceberam que poderiam fazer algo mais lucrativo com o crescente dinheiro mantido em seus cofres. Imaginando que dificilmente todos os seus clientes iriam retirar as poupanças ao mesmo tempo, começaram a emprestar o dinheiro desses clientes a outras pessoas, à base de juros. Como precau-

ção para evitar que ficassem sem dinheiro quando algum cliente resolvesse resgatar sua poupança, tinham a cautela de conservar uma reserva em caixa.

Porém, nem sempre as coisas funcionavam exatamente do modo esperado. Quando as pessoas de um determinado país desconfiavam da fortuna, probidade ou prudência de um certo joalheiro, a ponto de achar que ele não poderia pagar suas notas promissórias ou não teria dinheiro em caixa suficiente para todos seus depositantes, ocorria o que é chamado de "quebra de confiança". Tais rumores provocavam o maior medo dos banqueiros: a corrida aos bancos. Com ela, muitos bancos quebraram, mesmo quando os rumores se provaram infundados.

Depois de um longo passado de falências e crises, os sistemas bancários foram sendo reformados pelo Estado. Por fim, foi criada uma agência reguladora chamada Banco Central<sup>1</sup>. Nascia assim o sistema bancário moderno.

<sup>1</sup> Nos EUA é chamado de Federal Reserve (Fed).



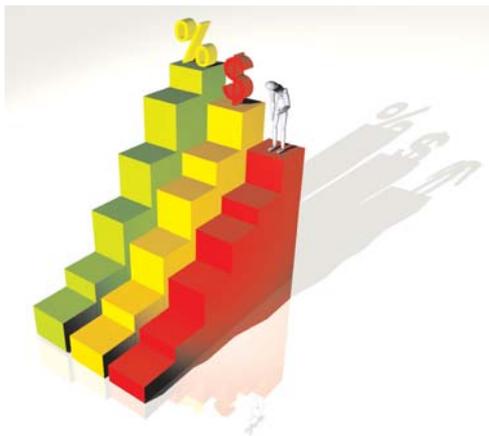
Essa entidade passou a estabelecer regras para o sistema bancário fazendo, entre outras tarefas, inspeções, padronizações e centralização das reservas bancárias. Mesmo assim, isso não impediu a corrida aos bancos. A mais grave crise bancária da história, ocorrida na década de 1930, surgiu com a queda do preço das *commodities* causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. A queda dos preços atingiu os agricultores altamente endividados, aumentando a inadimplência bancária e, por conseguinte, causando o pânico entre os correntistas. Como a ideologia econômica do governo dos Estados Unidos da América (EUA) da época era baseada na teoria clássica (mercado livre), não se pensou em socorrer o sistema bancário, e ele foi à falência. Isto é considerado, pela maioria dos historiadores econômicos, a principal causa de uma grave recessão ter se tornado a Grande Depressão de 1930.

Os historiadores comentam que a crise de 1930 afetou os países de modos diferentes. Mostrou-se mais profunda e demorada nos Estados Unidos, porque o governo Herbert

Hoover deixou de tomar medidas que pudessem amenizá-la. Tais medidas foram iniciadas apenas a partir de 1933, com a política econômica do governo de Franklin Delano Roosevelt, o *New Deal*<sup>2</sup>. Ao chegar à presidência, Roosevelt encontrou um cenário desolador: o desemprego e a pobreza castigavam 12 milhões de norte-americanos, mais de 10 mil instituições bancárias haviam falido, o PIB havia caído 25% e mil pessoas perdiam suas casas por dia. Somente em 1939 – depois de uma outra relativamente pequena crise em 1937/1938 – os EUA voltaram a ficar próximo do patamar econômico de 1929. Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos foram estimulados a um novo surto de crescimento econômico. No fim da Guerra, em 1945, estava definitivamente instalado o que foi denominado pelo presidente David Eisenhower de "complexo industrial militar" – ao qual muitos analistas atribuem papel preponderante na política americana até os nossos dias.

Já entre os países industrializados atingidos pela crise de 1930, o Japão foi o primeiro país

2 *New Deal* foi o maior pacote intervencionista da história dos EUA.



a conseguir uma saída, com uma política militar agressiva, invadindo a China em 1931. A Alemanha também investiu seus esforços econômicos e políticos na criação de um grande poderio bélico, principalmente após a chegada de Adolf Hitler ao poder como chanceler, em 1933.

Para o Brasil, muitos estudiosos consideram que a crise de 1930 nos foi benéfica. Num primeiro momento abalou a economia nacional, quase totalmente dependente das exportações de café, cujo preço caiu por falta de compradores nos países em crise. Por não ter onde estocá-lo, Getúlio Vargas promoveu a queima do produto. Mas, a política de Vargas, ao abandonar o padrão ouro, abriu a possibilidade de o governo interferir fortemente na política monetária e cambial. Vargas incentivou a importação de máquinas mais modernas para as incipientes indústrias nacionais – chamadas "de fundo de quintal", que por aqui vicejaram nos anos da Primeira Guerra Mundial – e para outras indústrias que quisessem se instalar, ao mesmo tempo que aumentava

as tarifas de importação de produtos de consumo corrente. Tais medidas, aliadas à política de desvalorizações cambiais, propiciaram o processo chamado de "substituição de importações", que foi a base da industrialização no Brasil. Como a crise mundial de fato se estendeu até o fim da Segunda Guerra Mundial, ao término desse período o parque industrial nacional já estava estabelecido, embora com algumas distorções<sup>3</sup>.

Para Celso Furtado, em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, o nosso país foi o primeiro da América Latina a sair da crise de 1930, com crescimento econômico pujante já em 1933. Entre 1933 e 1939, enquanto os Estados Unidos apenas tangenciavam os níveis de 1929, o Brasil atingira um crescimento de 60%. E, a partir de 1933, o Brasil cresceu praticamente sem parar até 1980.

A paridade [cambial] de 1929 se refletia em um coeficiente de importações realmente elevado. Ora, nos anos trinta o desenvolvimento da economia teve por base o impulso interno e se processou no sentido da substituição de importações por artigos de produção interna. Com efeito, à medida que crescia a economia, reduzia-se o coeficiente de importações. (FURTADO, 1975, p.215)

### CRISE MUNDIAL DE 2008

A introdução acima serve para melhorar a percepção da atual crise global. Pânicos financeiros que recentemente geraram crises pelo mundo afora não são mais fatos pontuais

<sup>3</sup> A principal delas, em nossa opinião, foi ter praticamente impedido o desenvolvimento e a instalação no país de indústrias de bens de capital, em razão do baixo preço com que eram compradas máquinas industriais em países do exterior que, àquela época, em virtude da crise, estavam ansiosos por vendê-las. A exceção foi a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (CSN), criada em 1941 por Getúlio Vargas.

ou isolados. O sistema financeiro moderno é muito mais complexo que o de 1929, mas há uma coincidência entre eles: a periódica crise de confiança do mercado financeiro e a tendência da geração de "bolhas" no sistema capitalista com baixa regulamentação. Motivados pela abertura da maioria dos mercados interna-



cionais, essas crises saíram do espectro local e passaram a ter uma abrangência em escala maior.

Mas, o que há de diferente nessa nova crise mundial? Exporemos a seguir que houve, em nosso entendimento, uma grande coincidência de fatos e erros.

Depois da Grande Depressão de 1930, desenvolveu-se nos EUA um sistema bancário com salvaguardas mais abrangentes. Os bancos comerciais (que aceitam depósitos) passaram a ter muito mais restrições aos riscos que poderiam assumir, sendo obrigados a emprestar dinheiro somente para quem apresentasse garantias de que poderia pagar o empréstimo. Os bancos obtiveram acesso direto de crédito do Banco Central norte-americano (Fed), e os depósitos dos correntistas passaram a gozar garantias do Estado norte-americano, mesmo no caso de corridas aos bancos.

Por outro lado, surgiram os bancos de investimento (que não aceitam depósitos de correntistas). Já que esse tipo de instituição não apresentava o risco de corridas bancárias, tais bancos foram regulados com bem menos rigor pelo Fed. O sistema funcionou assim por cerca de 70 anos nos Estados Unidos.

Alardeou-se então que a era das crises bancárias tinha chegado ao fim.

Nesse momento é importante ressaltar que a concentração de renda das pessoas, ocorrida nos Estados Unidos nos últimos 30 anos, foi agravada durante o governo George W. Bush. A fim de evitar uma reação popular, apelou-se para que as classes média e baixa pudessem continuar comprando mediante créditos facilitados, o que fez com que muitos se endividassem além da própria capacidade, para manter a ilusão de prosperidade e riqueza – dando início a um período de elevado consumismo, ligado ao desperdício e a agressões ambientais. Ademais, o governo Bush teve que recorrer a um endividamento crescente para financiar o esforço bélico das guerras no Iraque e no Afeganistão. Os recursos de que necessitava foram conseguidos numa relação simbiótica com a China que, com seu modelo exportador, e tendo acumulado cerca de 2 trilhões de dólares de reservas em papéis do Tesouro americano, prontificou-se a ser, além de provedor de produtos baratos para os consumidores do mundo todo, o provedor de créditos ao governo americano. Essa relação gerou emprego para milhões de cidadãos chineses que migravam do campo para as cidades.

Com o cenário acima montado, o revés começou a surgir justamente quando os bancos de investimento dos EUA, pela falta de regulamentação, passaram a funcionar como um sistema bancário paralelo.

Tomamos o exemplo do esquema conhecido como *Auction-Rate Security* (Leilão com Taxa de Segurança – ARS), criado pelo banco de investimento Lehman Brothers, em 1984. Ele funcionava da seguinte forma: mutuantes e prestavam dinheiro a longo prazo para a instituição. Teoricamente esse dinheiro ficaria comprometido por 30 anos. Porém, frequentemente, eram feitos pequenos leilões de forma a permitir que novos possíveis investidores pudessem fazer ofertas pelo direito de substituir aqueles que quisessem sair do esquema. Se não houvesse ofertantes suficientes para substituí-los, a taxa de juros subia para um maior nível. A ideia desses leilões era dar maior liquidez aos mutuantes.

A questão é que, ao permitir o resgate em curto prazo, os bancos de investimento passaram a funcionar nos moldes dos bancos comerciais convencionais, porém com menos regulamentação e com menos garantias. Ao incorrer em maiores riscos, comparados aos bancos convencionais, os investidores

passaram a obter taxas de juros mais altas, e os interessados em levantar fundos em longo prazo (através de hipotecas, por exemplo), a pagar taxas menores.

O problema relevante foi que os bancos de investimento não estavam protegidos pela regulamentação e pelo controle do sistema bancário tradicional. Além disso, em 1999, foi permitido aos bancos comerciais tradicionais

entrar no lucrativo negócio dos bancos de investimento. Em 2008, com a progressiva falta de novos ofertantes, os leilões começaram a fracassar; novos investidores passaram a evitar o ARS. Em sucessivos leilões, cada fracasso aumentava o anterior. Quando os investidores perceberam o perigo da perda de liquidez, sucedeu uma contagiosa corrida àquele banco de investimento, que acabou falindo depois de 158 anos de funcionamento.

John Maynard Keynes (1883-1946) já nos advertira que a confiança entre os agentes econômicos era fundamental para o bom funcionamento do regime capitalista. Ao deixar o Lehman Brothers falir, repetindo o mesmo erro da crise de 1930, o governo norte-americano deflagrou uma crise de confiança nos EUA, que se alastrou pelo restante do mercado financeiro em pouco tempo.

A questão é que, ao permitir o resgate em curto prazo, os bancos de investimento passaram a funcionar nos moldes dos bancos comerciais convencionais, porém com menos regulamentação e com menos garantias



Um fato que acabou se tornando símbolo da atual crise nos EUA é o fundo *hedge*<sup>4</sup> (*hedge fund*, ou fundo protegido) de Bernard Leon Madoff. Estes fundos podem ser definidos como os que usam um número de estratégias mais flexíveis, que não podem ser adotadas por fundos tradicionais de investimento, e não se limitam a investir em ações, debêntures ou títulos do governo. Desta maneira, podem operar em todos os mercados do mundo, normalmente através de instrumentos derivativos<sup>5</sup>.

Os fundos *hedge* frequentemente empregam o recurso da alavancagem (utilização de recursos de terceiros – por endividamento – para aumentar o lucro) e utilizam sofisticadas estratégias de negociação que o investidor comum não entende. O problema é que esta modalidade passou a ser usada por um público cada vez maior, que antes não tinha acesso a tal classe de ativos. Ao contrário dos

fundos mútuos, eles não são negociados nas bolsas, não são registrados na Comissão de Valores Mobiliários (*Securities and Exchange Commission*), estão sujeitos a poucos regulamentos, e seus investidores não têm os mesmos benefícios de proteção ao consumidor que são dados às pessoas que investem em fundos mútuos e às entidades incluídas na Lei das Sociedades de Investimento de 1940<sup>6</sup> (*Investment Company Act of 1940*).

A questão foi que Madoff, aproveitando-se das facilidades regulamentatórias de seu fundo, e usando suas referências como a de ex-presidente da Nasdaq e grande estrela de *Wall Street*, conquistou a confiança de investidores e usou um esquema fraudulento para gerir o fundo *hedge*, que operava desde a década de 1980. Madoff também era uma das principais figuras da filantropia judaica, e isso o ajudava a entrar e cooptar ricos investidores nos altos círculos da sociedade norte-americana. Ele não só enganou entidades bancárias e grupos de investimento, mas fundações e organizações caritativas também foram suas vítimas. Ainda sob investigação, suspeita-se que o rombo causado por Madoff tenha alcançado entre US\$ 50 e 65 bilhões, o que torna o fato uma das maiores fraudes financeiras levadas a cabo por uma só pessoa em toda a História. Atualmente ele está preso, sendo acusado, entre outros crimes, de lavagem de dinheiro,

4 Embora o nome indique *hedge*, isso não significa que todos os fundos desta categoria utilizem estratégias de *hedge* para proteger o desempenho de suas carteiras. Mesmo dentro da categoria, a variedade de estratégias passíveis de serem adotadas acaba dificultando a comparação entre os fundos, de forma que não se pode definir uma linha única de atuação.

5 Os instrumentos derivativos normalmente são representados por contratos negociados no mercado a termo, de futuros, de opções e de *swaps*, que possibilitam, mediante a estruturação de uma ou mais operações, a proteção (*hedgers*) contra variações de preços e taxas, a captação ou aplicação de recursos, bem como a redução de custos operacionais e diluição dos riscos inerentes às atividades operacionais (NIAYAMA; FRANÇA, 2000, p.102).

6 Legislação aprovada em 1940 pelo Congresso norte-americano, que determinou o registro e a regulamentação das sociedades de investimento pela Comissão de Valores Mobiliários (*Securities and Exchange Commission* - SEC). Estabeleceu as condições sob as quais os fundos mútuos e outros veículos de investimento devem se operados pelas sociedades de investimento, em áreas como promoção, exigência de relatórios, preço de venda de valores mobiliários ao público e alocação de investimentos dentro de um portfólio (DOWNES; GOODMAN, 1993, p. 249).

perjúrio e falsos comunicados a investidores. Para fornecer uma apreciação do tamanho do sistema bancário paralelo nos EUA: no começo de 2007, os balanços patrimoniais dos cinco maiores bancos de investimento totalizavam cerca de US\$ 4 trilhões, e os dos cinco principais bancos convencionais, US\$ 6 trilhões. Somente com a eclosão da crise de 2008, as pessoas passaram a ver como o sistema bancário paralelo norte-americano tinha se tornado tão ou mais importante que o tradicional.

É comum ouvir-se a crítica de que a desregulamentação<sup>7</sup> do sistema financeiro é a culpada pela crise. No mínimo, essa é uma visão simplista. Veremos a seguir que existem outros motivos pela eclosão da crise, entre eles a falta de sustentabilidade de um modelo de consumo exagerado. Além disso, a crise surgiu motivada pelos riscos assumidos por pessoas que sabiam onde investiram o capital.

Os conservadores, por sua vez, atribuem a causa dos problemas à Lei Federal do Reinvestimento Comunitário (*Community Reinvestment Act* – CRA), promulgada em 1977, que obrigou os bancos depositários a reaplicarem, na sua comunidade local, parte do dinheiro que captaram localmente. Alegam que essa lei forçou os bancos a fornecer empréstimos hipotecários a pessoas e minorias que não tinham condições de pagá-los. Em nosso entender, é pouco provável que uma lei, que vigora há mais de 30 anos, seja a principal causadora da crise atual. No máximo, ela foi um fator a mais na sua ampliação.

Houve, além disso, o problema dos *subprime*, forma de crédito hipotecário para o setor imobiliário a tomadores de empréstimos com maior risco de inadimplência, muitas vezes acoplado à emissão de cartões de crédito ou

ao aluguel (*leasing*) de carros. Com a supervalorização dos imóveis e, por conseguinte, o estouro da bolha habitacional, muitos empréstimos *subprime*, que tinham como garantia a própria residência do tomador do empréstimo, passaram a representar valores maiores que as garantias oferecidas (suas casas), ocasionando um enorme aumento de inadimplência. Esse acontecimento também afetou negativamente as montadoras de automóveis, as seguradoras e as companhias de cartão de crédito.

As obrigações e responsabilidades associadas às transações financeiras se tornaram, nos últimos anos, mais difíceis de localizar, graças ao rápido desenvolvimento de mercados secundários envolvendo derivativos e outros contratos. Assim, um credor *subprime* que levara um mutuário a assumir riscos acima de sua capacidade podia transmitir os instrumentos financeiros a outras partes distantes da transação original, dificultando a sua avaliação posterior de risco.

No final do ano de 2008, acima de 10 milhões de mutuários norte-americanos se encontravam com empréstimos hipotecários negativos. Os estadunidenses têm US\$ 10 trilhões em dívida imobiliária e cerca de US\$ 1 trilhão em dívidas acumuladas em cartão de crédito. Cada americano com hipoteca atualmente possui um financiamento de cerca de US\$ 200 mil em média; já a dívida média em cartão de crédito é de cerca de US\$ 7 mil por pessoa. A taxa de inadimplência nos cartões era de 7,5% em dezembro de 2008, e pode chegar a 10% até o fim do ano de 2009, possivelmente provocando um rombo de US\$ 100 bilhões<sup>8</sup>.

Mas pergunta-se: por que o estrago da bolha habitacional nos EUA chegou a uma dimensão tão grande? Segundo especialistas, uma das

7 Entendemos como desregulamentação a falta de regulamentação, e não o ato de eliminar regulamentos.

8 CREDIT.COM. Disponível em: <<http://credit.com/>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

razões foi que, em 2000, quando vislumbrou o estouro da bolha das empresas da internet "pontocom"<sup>9</sup>, o então presidente do Fed, Alan Greenspan, em vez de atacar o problema pela raiz, procurou desviá-lo, permitindo o surgimento de uma nova bolha: a supervalorização dos preços dos imóveis.

O Fed, em vez de tratar o estouro da bolha "pontocom" com medidas keynesianas (por exemplo), transferiu o problema para outro setor, fomentando a eclosão de uma nova crise no sistema habitacional. Ao "consertar" o estrago de uma bolha com o desenvolvimento de outra, a chance era de a bolha seguinte se tornar maior e mais perigosa. Nas previsões de alguns profissionais do mercado financeiro, a crise habitacional e mobiliária deverá destruir uma riqueza superior a US\$ 8 trilhões.

### ALGUNS NÚMEROS DA CRISE DE 2008

Ilustra bem o tamanho do estrago o fato de o índice Dow Jones (da Bolsa de Valores de Nova Iorque) ter caído de mais de 14 mil pontos (em outubro/2007) para abaixo de 6.600 pontos (em março/2009). O índice Nasdaq<sup>10</sup>, depois de atingir o seu pico 2 – antes do estouro de sua bolha – em mais de 5 mil pontos (em março/2000), tinha caído de 2.300 pontos

(em dezembro/2008) para cerca de 1.300 pontos (em março/2009). E o índice Bovespa (da Bolsa de Valores de São Paulo), caudatário das bolsas mundiais, teve uma queda de mais de 72 mil pontos (em maio/2008) para menos de 30 mil pontos (em dezembro/2008). Até o fechamento deste artigo, o índice Bovespa emitia sinais de que não iria sair tão cedo do fim do poço, tendo permanecido nos últimos meses por volta dos 37 a 40 mil pontos (em março/2009)<sup>11</sup>, isto é, seus acionistas perderam cerca da metade do valor do patrimônio acionário.

Empresas importantes dos EUA enfrentam atualmente uma profunda crise financeira, com o derretimento de seu capital social. As ações da General Motors, por várias décadas a maior montadora do mundo, fecharam, no início de março de 2009, abaixo de US\$ 1,50, o menor índice desde 1933. Suas ações caíram 94% nos últimos 12 meses. O Citibank, o segundo banco dos EUA e parte de um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, na metade do ano de 2007 tinha seus ativos avaliados em US\$ 255 bilhões. Recentemente suas ações baixaram tanto, que atingiram o incrível preço de apenas US\$ 1,00 (em março/2009), o pior índice em 196 anos de sua história. O banco passou a valer menos que US\$ 19 bilhões em fevereiro de 2009. Maior seguradora do mundo, a AIG

9 O forte crescimento da computação pessoal nos anos 90 acelerou a indústria de informática em todo o mundo. Com a popularização da internet e a criação de *sites* de venda, empresas ligadas à tecnologia da informação logo se multiplicaram. A sensação era de que todos poderiam ser a próxima Microsoft. Essa especulação gerou grandes distorções. Pequenas empresas sem infraestrutura alguma passaram a valer milhões de dólares, e muitas empresas abriram seu capital na Nasdaq. Entre os anos de 1996 e 2000, o índice Nasdaq subiu de 600 pontos para 5 mil pontos. Em 2000, contudo, a realidade apareceu e, em poucos meses, o índice recuou para cerca de 2 mil pontos.

10 *National Association of Securities Dealers Automated Quotations* (Nasdaq) é a bolsa eletrônica de valores dos EUA. O processo de abertura de capital na Nasdaq é bem mais simples que o da Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange - NYSE*). Depois do estouro da bolha "pontocom" em 2000, após uma profunda reestruturação, a Nasdaq converteu-se numa empresa com fins lucrativos. Hoje em dia é totalmente regida por acionistas, com ações emitidas e negociadas em sua própria bolsa.

11 ACIONISTA.COM.BR. Disponível em: <<http://www.acionista.com.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2009.

Maior seguradora do mundo, a AIG registrou um prejuízo superior a US\$ 60 bilhões no último trimestre de 2008, tendo sido obrigada a ser parcialmente estatizada pelo governo dos EUA



registrou um prejuízo superior a US\$ 60 bilhões no último trimestre de 2008, tendo sido obrigada a ser parcialmente estatizada pelo governo dos EUA. Adicionam-se a isso os efeitos econômicos causados pela coincidência da proliferação no México e nos EUA – quase que simultâneo à crise financeira de 2008 – da pandemia do vírus da Gripe A N1H1 (gripe suína). Empresas aéreas, hoteleiras, turísticas, de entretenimento, cruzeiros marítimos, locação de automóveis, quase todas tiveram suas receitas diretamente afetadas.

Em seis meses de crise, entre outras nacionalidades, 4 milhões de trabalhadores norte-americanos, 3 milhões de espanhóis e 2 milhões de britânicos perderam seus empregos. E assim, como aconteceu nos anos 1930, nada parece impedir o contágio da crise de confiança de se espalhar de uma parte a outra, do setor financeiro para o produtivo. "É simplesmente uma espiral sem fim", disse Lorenzo Di Mattia,

gerente do fundo *hedge* Sibilla Global Fund<sup>12</sup>.

### RESUMO DA SITUAÇÃO ATUAL (MARÇO DE 2009)

O atual governo de Barack Obama tenta tirar o país - e o mundo - da crise, usando políticas como a de baixar as taxas de juros para praticamente zero, e a redução de impostos para os consumidores. Estes, entretanto, estão endividados e a provável atitude, ao menos por algum tempo, é de conter os gastos para pagar antigas dívidas e evitar contrair novas. O governo norte-americano procura injetar o máximo de dinheiro no mercado - e os Estados Unidos podem fazer isso porque dispõem da máquina para imprimir dólares e também a dos reputados títulos do Tesouro. Mas, com o aumento do endividamento americano, e a perspectiva de inflação futura, a pergunta que fica no ar é a seguinte: até quando haverá

<sup>12</sup> KATZUMATA, Suzi. Bolsa de NY fecha em queda forte e Citi cai a US\$ 1,02. *Agência Estado*, Brasília, 5 mar. 2009.

compradores para os papéis do Tesouro americano?

A compra desses papéis tem interessado à China até o momento, talvez como estratégia de salvaguarda de suas imensas reservas. Mas, será que poderá continuar a fazer isso, se, com a progressão da crise, continuar a queda de suas receitas de exportação?

A atual crise financeira mundial tem provocado a concentração de capital de investimento nos países ricos, prejudicando os países em desenvolvimento, que ficaram sem recursos para se financiarem.

Sabe-se que tanto os Estados Unidos, como o Japão, estão com excesso de fluxo financeiro, resultado do envio, pelos investidores em pânico de todo o mundo, de grande volume de capital, já que suas moedas são tidas como seguras. Isto ocasiona a supervalorização dessas moedas e prejudica suas exportações, enquanto outras economias sofrem com a falta de crédito para financiar seus ativos.

Uma saída emergencial – sobretudo para os países do Leste europeu que, por não poderem financiar seus balanços de pagamento, estão à beira da falência – seria que os países com excesso de fluxo o disponibilizassem ao FMI, o qual, por sua vez, o distribuiria entre as nações em desenvolvimento através de empréstimos. Mas há problemas porque muitos países, sobretudo os asiáticos, não querem emprestar suas reservas ao FMI, uma instituição estigmatizada em razão de suas imposições descontextualizadas às nações que, no passado, precisaram de ajuda. Portanto, há necessidade de que sejam estabelecidas outras bases, com acordos menos restritivos do que

os do passado, para que os eventuais novos empréstimos do FMI possam funcionar em benefício de todos.

Os países integrantes do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) estão hoje em melhores condições de equilibrar suas contas, inclusive porque aumentaram as reservas em dólares e podem direcionar seus investimentos para incentivar e atender aos seus mercados internos. Constituem a esperança de atuarem como os grandes amortecedores da crise. Mas a maioria dos países emergentes não dispõe dos mesmos recursos. Diante do tamanho da crise, os governos precisam agir, mas com cautela, mesmo porque uma política fiscal excessivamente expansionista – como agora tem sido preconizada por alguns políticos – pode deixar como legado indesejável o aumento da dívida pública, um fardo a sobrecarregar as futuras gerações.

No caso brasileiro, o Banco Central, embora com atraso, segundo alguns, tem agido acertadamente: provocou o corte dos juros e diminuiu o depósito compulsório<sup>13</sup> e a taxa de redesconto<sup>14</sup>.

Já a política fiscal do governo brasileiro desperta críticas, em virtude do aumento das despesas correntes e do relativamente pouco volume de gastos com melhorias na infraestrutura, estes considerados os mais eficazes no combate à crise. Com toda a ênfase dada ao PAC, ele só representa cerca de 1 a 1,5% do PIB. Houve, é verdade, a diminuição do IPI em alguns setores, e também o aumento do seguro desemprego. Mas essas medidas não abrangem e alcançam todas as atividades econômicas. Seria, talvez, mais

13 Depósito Compulsório é a determinação legal dos bancos comerciais e outras instituições financeiras a manterem depositadas, junto ao Banco Central, parte de suas captações em depósitos à vista ou em outros títulos contábeis. Esse instrumento possibilita o Banco Central manter o controle da quantidade de dinheiro em circulação, pois diminui o poder das instituições financeiras de multiplicar o dinheiro em circulação através dos empréstimos.

14 Taxa de Redesconto é taxa exigida pelo Banco Central para cobrir as eventuais faltas de dinheiro nos caixas dos bancos comerciais e instituições financeiras.

eficiente reduzir o IPI da economia como um todo, a exemplo do pacote proposto pelo atual presidente dos Estados Unidos, que prevê a redução dos impostos de forma generalizada, do que correr o risco de promover distorções para atender a certos grupos de pressão que seriam privilegiados, em detrimento do conjunto dos atores econômicos. Mas ainda há tempo e recursos para serem tomadas medidas mais profundas.

### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITUAÇÃO

Adotamos inicialmente a seguinte definição de desenvolvimento sustentável:

Forma socialmente justa e economicamente viável de exploração do ambiente que garanta a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a diversidade biológica e os demais atributos ecológicos em benefício das gerações futuras e atendimento das necessidades presentes. (FULGENCIO, 2003, p.78-79)

Apenas na década de 1970, inicialmente pelo Clube de Roma<sup>15</sup> e depois pela Conferência de Estocolmo, a questão ambiental começou a ser discutida em escala planetária. Os primeiros estudos do Clube de Roma, ao verificar que os recursos terrestres eram finitos e estavam se esgotando, preconizaram o "crescimento zero". Essa posição drástica foi aos poucos atenuada pela receita de "crescimento responsável". Proposto em

1992, o conceito evoluiu para "desenvolvimento sustentável" e foi definitivamente incorporado como um princípio global durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Cúpula da Terra – Eco-92, no Rio de Janeiro, Brasil, da qual resultou uma série de convenções, acordos e protocolos. A partir daquele momento, o conceito passou a significar o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico, servindo como base para a formulação da Agenda 21, com a qual mais de 170 países se comprometeram, na ocasião da referida Conferência. Mostrou-se que, para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Em resumo, tratou-se da definição de um abrangente conjunto de metas para a criação de um mundo melhor e mais equilibrado.

Durante a Eco-92, foi assinada a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que partiu do pressuposto de que a biodiversidade precisa ser uma preocupação comum da humanidade. A Convenção estabeleceu objetivos a serem atingidos pelas partes, devendo cada país determinar como proteger e usar adequadamente a sua biodiversidade. O alcance da CDB vai além da conservação e utilização sustentável da diversidade biológica. Ela objetivou, também, a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pelo seu uso. Em 2002, em Joanesburgo, África do Sul, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, declarou-se que ele é feito sobre "três pilares interdependentes

15 O Clube de Roma ficou conhecido no mundo em 1972 devido à publicação de um relatório elaborado por uma equipe de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (*Massachusetts Institute of Technology* - MIT), contratada pelo Clube de Roma, para analisar os limites do crescimento. Este relatório, intitulado *Os Limites do Crescimento*, foi transformado em livro e se tornou uma referência internacional sobre o assunto.



e mutuamente sustentadores" – desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Desta feita, reconheceu-se a complexidade e o inter-relacionamento do tema, com a inclusão de questões críticas como pobreza, desperdício, preservação e degradação ambiental, poluição, decadência urbana, crescimento populacional exagerado, igualdade de gêneros, energia renovável, saúde, conflito e violação dos direitos humanos.

O modo como foi definido o desenvolvimento sustentável significou a primeira tentativa real de adequar o sistema capitalista às normas e leis que preservassem o meio ambiente das agressões que vinha e continua recebendo. Mas, para dar início à questão na prática, é imprescindível ter uma legislação ambiental robusta, uma fiscalização séria e uma punição clara e severa para aqueles que desrespeitam a lei. Parece simples, mas é aí que começam os problemas.

Não adianta um país buscar ser ecologicamente correto se seu vizinho não o é. Hoje em dia essa questão fica cada vez mais clara. Desenvolvimento sustentável precisa ser uma atitude global, não local. Além disso, o

significado de adequar-se a uma legislação ambiental, para a maioria dos empresários capitalistas, é sinônimo de prejuízo. Um exemplo é o fato de os Estados Unidos – conhecido como o maior poluidor mundial – não terem assinado o Protocolo de Kyoto, destinado a promover medidas para a redução da emissão de gases na atmosfera. Entre as várias desculpas usadas pelos EUA para não assiná-lo, a maior foi que isso comprometeria o seu desenvolvimento e diminuiria sua competitividade internacional. A China (outra grande poluidora) usou desculpa semelhante. O fato curioso é que a atual crise financeira, descrita no início deste artigo, irá provavelmente causar uma grande redução nas emissões de carbono no mundo, já que, por causa da Grande Depressão, estima-se que houve uma redução nas emissões de carbono em cerca de 35% entre os anos de 1929 e 1932. A atual economia mundial poderá sair desta crise fortalecida, especialmente os setores que produzem e investem em tecnologias limpas. Não acreditamos que exista uma relação de causa-efeito entre as duas crises; porém, é certo que uma agravou a outra, pelo acoplamento deontológico.

A grande questão é que, para atingir o elevado nível de desenvolvimento e crescimento econômico em que se encontram, os países desenvolvidos destruíram boa parte de suas florestas e esgotaram a maior parte de seus recursos naturais. Nos últimos anos, houve um avanço da preocupação com a proteção ambiental pela adoção de algumas medidas pontuais e isoladas (como a separação e coleta seletiva do lixo), mas os países mais ricos não se dispuseram a diminuir a sua produção industrial ou modificar seus padrões de consumo. Embora representem cerca de 20% da população do planeta, segundo cálculos de ambientalistas, atualmente os países ricos acumulam 80% dos rendimentos, além de

consumirem 70% de toda energia produzida.

## CONCEITUAÇÃO AMPLIADA E SUGESTÕES

Tentando definir melhor o assunto, nos países ricos, podemos conceituar o desenvolvimento sustentável como a mudança e a adaptação de seus elevados padrões de consumo para um modelo menos poluidor e destrutivo. Já nos países pobres e emergentes, que possuem o mesmo direito dos países desenvolvidos de crescer economicamente, desenvolvimento sustentável pode ser descrito como a tentativa de se evitar a implementação do modelo predatório usado pelos países ricos nos últimos dois séculos, buscando-se desenvolver formas alternativas e melhores práticas na produção da riqueza econômica, sem destruir ou esgotar seus próprios recursos naturais e sua imprescindível biodiversidade. "O desenvolvimento se faz por ciclos, porque as inovações tendem a apinhar-se em determinados períodos históricos. Elas se difundem em ondas, após o que o retorno ao equilíbrio é automático, porém já aí num nível técnico superior ao passado" (BRAGA, 1988, p. 98).

Um dos problemas ainda não resolvidos, que se tornou um grande entrave na busca de uma solução global, é o da miséria absoluta<sup>16</sup>. O documento da Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – conhecido como Relatório Brundtland –, apresentado em 1987, afirmou que "a miséria absoluta é incompatível com a preservação do meio ambiente". E o Informe sobre os Países Menos Adiantados de 2008, preparado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development* –

Unctad), alertou que, em 2008, havia mais de 1 bilhão de pessoas vivendo em condições de miséria absoluta no mundo, e que um quarto desses indivíduos tenta sobreviver em zonas consideradas extremamente vulneráveis do ponto de vista ambiental, sendo responsáveis por problemas tais como o desmatamento e a desertificação. Como dizer para os 80 milhões de etíopes, assolados por mais de 20 anos de guerras e problemas epidêmicos como desnutrição crônica, que eles precisam ter uma atitude "verde" e devem dedicar-se a um desenvolvimento sustentável em sua agricultura de subsistência?

O que podemos fazer de concreto com o problema ambiental é pensar em como alterar nossa atitude em relação ao planeta, e isso pode passar por todas as nossas atividades, incluindo a forma como encaramos nossa existência cotidiana e o nosso estilo de vida. É claro que o consumo é o grande motor do estilo de vida capitalista, mas agora urge mudar o modo de tratar o ambiente, para não incorrer no risco de provocar a extinção de larga parte da humanidade.

Inspirada nos preceitos de Keynes, uma ideia a ser discutida nos países industrializados é a de como eles poderiam regulamentar e controlar de forma mais efetiva o recolhimento do lixo e a reciclagem dos resíduos gerados pelo setor produtivo. Assim como os bancos mantêm reservas monetárias, o setor produtivo poderia manter reservas que possibilitem fazer um controle mais seguro do que produz. Uma proposta nesse sentido: empresas que produzem bens descartáveis poderiam recolher o lixo que geram, baseadas em estatísticas de consumo médio de seus produtos. Mesmo as empresas que produzem bens duráveis também seriam incluídas nesse processo.

<sup>16</sup> O Banco Mundial define como miséria absoluta o fato de alguém viver com menos de US\$ 1,00 por dia.



Empresas que produzem bens descartáveis poderiam recolher o lixo que geram, baseadas em estatísticas de consumo médio de seus produtos. Mesmo as empresas que produzem bens duráveis também seriam incluídas nesse processo

dessa incumbência para quem o produziu, e s t a r e m o s direcionando o sistema capitalista para um desenvolvimento produtivo sustentável por intermédio de "consumo e produção racionais".

O lixo urbano vem aos poucos se tornando um dos maiores problemas do século. No Brasil, a quantidade de resíduo sólido doméstico urbano produzido por habitante já atingiu a

Antigamente as indústrias de refrigerantes distribuíam seus produtos em garrafas de vidro, recolhendo garrafas vazias para seu uso posterior. Hoje, com a finalidade de maximizar seus lucros, passaram a distribuir os produtos por meio de embalagens descartáveis, e transferiram o ônus de seu recolhimento e reciclagem para o Estado. O resultado dessa atitude é o forte impacto ambiental causado pelo lixo de milhões de garrafas de plástico não recolhidas por todo o planeta. Não achamos que o encargo pelo recolhimento deste lixo deva ser exclusivo do Estado ou dos "catadores de lixo". Com base na sua produção mensal, seria mais justo e lógico as indústrias de refrigerantes recolherem e reciclarem por mês uma quantidade equivalente de embalagens vendidas e consumidas.

Ao ajustarmos esse modelo, entregando parte

de marca de 1 kg por dia, sendo que menos de 1% desse lixo é reciclado<sup>17</sup>. Ou seja, durante uma vida média de 70 anos, nós, brasileiros, geramos o equivalente ao peso de um contêiner lotado de resíduos sólidos sem uso (cerca de 25 toneladas) por toda a existência, calculando-se desde a fralda descartável utilizada na infância, passando pelas televisões e máquinas de lavar usadas durante a idade adulta, e até mesmo o caixão comprado após a morte. Isso sem contar com a quantidade diária de dejetos sanitários produzidos por toda a vida, cujo tratamento no Brasil é oferecido apenas à metade (52,2%) dos seus municípios<sup>18</sup>. Na Europa, a quantidade média de resíduo sólido gerado por habitante é de 1,4 kg/dia, e os EUA já ultrapassaram os 3 kg/dia<sup>19</sup>. Apesar de os países industrializados serem os maiores geradores de resíduos, também são eles os que mais reciclam. Nesse

17 Dado obtido pelo Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos de 2007, feito pelo Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) e divulgado pelo Ministério das Cidades.

18 IBGE, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, ano 2000.

19 Dados obtidos pelo Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat).

questo, o Japão é o país que mais reutiliza o seu lixo.

### E AGORA, O QUE FAZER?

Como vimos anteriormente, o conceito de desenvolvimento sustentável é diferente entre países ricos e pobres. Porém, assim como ocorreu com o neoliberalismo, os países industrializados usam a razão monológica para impor aos países em desenvolvimento (ou de industrialização recente) um determinado modelo sustentável. Além de ditarem regras que não foram seguidas por eles durante os últimos séculos, não seguem o princípio da universalização participativa. Erros passados não justificam os erros atuais, mas a compensação dos problemas causados pela industrialização desenfreada dos países ricos deverá ser debatida, e os recursos financeiros obtidos por esse processo de esgotamento ambiental poderão ser redistribuídos.

Reconhecendo enfim a necessidade, o mérito e a oportunidade de enfrentar o problema ambiental e climático, os Estados Unidos indicaram um responsável pela negociação sobre o clima a fim de elaborar um novo tratado a ser assinado ainda em 2009 na Dinamarca, em Copenhague. Devem ser estabelecidas novas metas de redução de emissão de carbono na atmosfera, e serão estudados novos mecanismos financeiros para promover assistência técnica e colaborar com os países em desenvolvimento.

Existe um longo caminho entre as intenções proclamadas e as medidas efetivas para sua implementação, além do enfrentamento da relutância natural e da resistência a novas medidas, sobretudo quanto elas atingem grupos desejosos de manter privilégios e subsídios a empresas de baixa eficiência energética.

Mas a crise vem exigindo cada vez mais dinheiro público para resgatar essas empresas,



o que gera a oportunidade para mudar o paradigma da produção não sustentável.

O Brasil encontra-se, novamente, em posição privilegiada, como o principal produtor de etanol de cana-de-açúcar, combustível capaz de dar grande contribuição para essa nova economia. Mas, para isso, é essencial criar mecanismos para monitorar a expansão das plantações e das usinas, de modo a fiscalizar as condições de trabalho, e evitar que nada seja feito em detrimento da preservação inteligente das matas e florestas. A existência de um mercado internacional de biocombustíveis pode fazer com que os nossos novos contratos de exportação incluam critérios sociais e ambientais para a produção. Esta é uma oportunidade interessante, pois existe pressão internacional que pode mudar alguns aspectos de gestão na produção da agroenergia. Os problemas decorrentes da monocultura da cana-de-açúcar, por exemplo, podem ser aliviados por uma melhor gestão ambiental agrícola.

É possível favorecer o financiamento de um modelo sustentável de agricultura orgânica que utilize menos agrotóxicos e seja capaz de



recuperar as áreas degradadas. Os estudos relacionados aos transgênicos são necessários para evitar o seu uso indiscriminado. Precisamos exigir a atualização do Código Florestal – e cuidar da sua efetiva aplicação – para combater com mais eficácia o desmatamento, proteger os corredores ecológicos e aumentar o cuidado com o tratamento dos dejetos. Somente com o avanço da consciência ambiental dos agricultores é que iremos caminhar em direção a um modelo de agricultura menos agressivo ao ambiente. Também é importante aprofundar os estudos de mudanças climáticas e aumento do nível do mar, gerando planos que proponham ações de prevenção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História nos tem mostrado que, em épocas de crise, a democracia pode vir a ser ameaçada. Para protegê-la, precisamos buscar ajuda em pensadores e estudiosos que a defendam, justifiquem e indiquem caminhos para aperfeiçoá-la, como, por exemplo, o fazem o historiador Giuseppe Vacca, os economistas Joseph Stiglitz e Muhammad Yunus, os filósofos Edgar Morin, Jürgen Habermas e Noam Chomsky, entre outros.

Ao defendermos a tese de que a atual crise econômica mundial tem vínculos estreitos com a crise ambiental global, não queremos apontar culpados; apenas criticamos a voracidade e a insolidariedade que isso representou em nossa sociedade, pela ganância da acumulação de riquezas e pela busca do lucro a qualquer custo (*greed is good*). Por esse motivo, propomos um debate participativo e inclusivo para a idealização de um novo modelo produtivo e de consumo.

## REFERÊNCIAS

- BRAGA, Humberto. *Juízo e Circunstância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- DOWNES, John; GOODMAN, Jordan Elliot. *Dicionário de Termos Financeiros e de Investimento*. São Paulo: Nobel, 2002.
- FULGENCIO, Paulo Cesar. *Glossário*. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1982.
- NIYAMA, Jorge Katsumi; FRANÇA, José Antônio de. Operações com Derivativos: Ganhos e Perdas em Opções. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 16., 2000, Goiânia. Anais. Goiânia, 2000.